A Aplicação da Teoria dos Stakeholders em Decisões Contábeis e Jurídicas no Setor Público

Autor(res)

Andressa Germann Avila
Daniel Germann Avila
Rhaylan Henrique Francisco De Souza

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Introdução

O setor público enfrenta pressões crescentes para aumentar a transparência, a legitimidade e a eficiência de suas decisões. Nesse contexto, a Teoria dos Stakeholders, originalmente desenvolvida no âmbito da administração e da governança corporativa, oferece importante referencial para compreender as múltiplas demandas que incidem sobre gestores públicos. O pressuposto fundamental da teoria é que organizações não existem apenas para atender aos interesses de acionistas ou gestores, mas de um conjunto mais amplo de atores sociais, como cidadãos, fornecedores, órgãos de controle e a sociedade civil organizada.
Na esfera contábil, essa teoria reforça a necessidade de relatórios públicos que ultrapassem a dimensão meramente financeira, incorporando indicadores sociais, ambientais e de desempenho.

Objetivo

Analisar como a Teoria dos Stakeholders pode ser aplicada em decisões contábeis e jurídicas no setor público brasileiro, destacando seu papel no fortalecimento da accountability e da legitimidade institucional.

Material e Métodos

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Inicialmente, foi realizada revisão bibliográfica em bases nacionais e internacionais (Scopus, Web of Science, SciELO) sobre a Teoria dos Stakeholders, accountability e contabilidade pública. Em seguida, foram examinados dispositivos legais relevantes, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Os dados foram organizados em categorias analíticas: (i) reconhecimento jurídico dos stakeholders no setor público; (ii) impactos da contabilidade pública no atendimento às demandas sociais; (iii) mecanismos de legitimação institucional baseados na teoria.

Resultados e Discussão

Os resultados revelam que a aplicação da Teoria dos Stakeholders ao setor público amplia significativamente a compreensão sobre a accountability governamental. Sob a perspectiva jurídica, observa-se que princípios constitucionais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, CF/88) podem ser

reinterpretados à luz da teoria, reforçando a necessidade de considerar múltiplos interesses na formulação de políticas públicas. No entanto, ainda há limitações na normatividade brasileira quanto ao reconhecimento explícito de stakeholders além do cidadão como titular genérico do interesse público. Do ponto de vista contábil, a aplicação da teoria fortalece o papel da contabilidade pública como instrumento de comunicação e não apenas de registro financeiro. Relatórios integrados, balanços sociais e indicadores de sustentabilidade são exemplos de práticas que permitem atender às expectativas de stakeholders diversos, desde órgãos de controle até movimentos sociais.

Conclusão

A aplicação da Teoria dos Stakeholders no setor público evidencia o potencial de integração entre direito e contabilidade para ampliar a legitimidade e a accountability das decisões governamentais. O reconhecimento de múltiplos grupos de interesse, aliado à evidenciação contábil clara e ao respeito às normas jurídicas, fortalece a confiança social e contribui para uma administração pública mais democrática e eficiente.

Referências

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
Brasil. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.
Brasil. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação.
Freeman, R. E. (1984). Strategic Management: A Stakeholder Approach. Pitman.
Donaldson, T., & Preston, L. E. (1995). The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. Academy of Management Review, 20(1).
Pinho, J. A. G., & Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability e a concepção do conceito no campo da administração pública. Revista de Administração Pública, 43(6).
DiMaggio, P.; Powell, W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality. American Sociological Review, 48(2).